



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 66/XI/ 2.^a SL

Aos 19 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação das actas n.ºs. 63 e 64, de 5 e de 12 de Janeiro, respectivamente;*

3. *Votação do Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde, relativo à situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e à avaliação da aplicação da Lei n.º. 41/2007, de 24 de Agosto. Relatora: Deputada Teresa Fernandes (PSD);*

4. *Apresentação e votação das Petições: - N.º. 109/XI/2^a sobre "a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega", Relator: Deputado João Semedo (BE) - N.º. 110/XI/2^a. sobre "manutenção do funcionamento do SAP de Vieira do Minho, durante 24 horas", Relatora: Deputada Luísa Santos (PS);*

5. *Apresentação do Projecto de Resolução n.º. 304/XI/2^a, do BE, que "Recomenda ao Governo que crie um Banco Público de Gâmetas".*

6. *Outros assuntos.*

11:30 - *Audição da Ordem dos Enfermeiros, no âmbito do Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital.*

O Presidente iniciou a reunião dando conta da metodologia de trabalho a utilizar na audição da Ministra da Saúde na sequência da aprovação dos requerimentos do BE (2) e do CDS/PP (1). Para cada um dos três assuntos os GP têm cinco minutos na primeira ronda e dois minutos na segunda e a Ministra dispõe de 25 minutos na primeira ronda e de 10 na segunda.

Em seguida, o Presidente colocou à discussão e votação as actas n.ºs. 63 e 64, de 5 e de 12 de Janeiro, que foram aprovadas por unanimidade.

A Deputada Teresa Fernandes informou que a nova versão do Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde, relativo à situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e à avaliação da aplicação da Lei nº. 41/2007, de 24 de Agosto, já contempla o que os Grupos Parlamentares sugeriram, designadamente a proposta do BE.

O Deputado João Semedo considerou que o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde não tem sido uma prioridade do Ministério nem dos Hospitais pelo que se torna necessário extrair uma conclusão política do Relatório e o Deputado Rui Prudêncio discorda que se incluam no Parecer sugestões de ordem política.

Foi opinião generalizada que o Parecer ficará mais completo se forem explicitadas conclusões e recomendações, tendo sido pedido o adiamento da sua votação para a próxima reunião.

O Deputado João Semedo apresentou o Relatório Final da Petição nº 109/XI/2ª sobre a *Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega*. Na audição realizada, os peticionários reiteraram a pretensão de criar a ULS e o Relator solicitou esclarecimentos sobre essa pretensão ao Ministério da Saúde, que até à presente data não respondeu. Assim, é de Parecer que a Petição deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República para ser apreciada e votada em Plenário e informar os peticionários dessas diligências.

As Deputados Clara Carneiro e Rui Prudêncio cumprimentaram o Relator e declararam nada ter a opor quanto ao Relatório Final da Petição, que foi aprovado por unanimidade.

Prosseguiram os trabalhos com a apresentação pela Deputada Luísa Santos, do Relatório Final da Petição nº 110/XI/2ª, sobre a *Manutenção do funcionamento do SAP de Vieira do Minho, durante 24 horas*. Referiu que a ARS do Norte emitiu um comunicado dando conta das razões que conduziram à alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Vieira do Minho e que desde Abril de 2007 está em funcionamento o Centro de Atendimento do SNS, que permite a qualquer cidadão ser aconselhado e reencaminhado para os cuidados de saúde adequados à sua situação e ser accionando o meio de transporte adequado, desde o seu domicílio até ao hospital, julgando, assim, que o objecto da Petição está ultrapassado. O Parecer vai no sentido de que a Petição está em condições de ser enviada para o Presidente da Assembleia da República, não carecendo de ser votada em Plenário, dado o número de assinaturas, e dar conhecimento aos peticionários destas diligências.

A Deputada Clara Carneiro, após felicitar a Relatora, lembrou que se tem assistido ao encerramento progressivo de serviços de saúde no país, nomeadamente onde existem populações envelhecidas para quem as distâncias são sempre grandes e que os sistemas alternativos propostos pelo Ministério não estão a funcionar.

O Deputado Durval Tiago (CDS/PP) disse que a decisão de encerrar serviços de saúde é precipitada e releva a insensibilidade por parte do Governo. Compreende a necessidade de

reorganizar os serviços de saúde, mas aquilo a que se tem assistido faz com que as populações fiquem gravemente lesadas, não estando de acordo com a opinião da Relatora.

O Deputado João Semedo disse que acha desnecessário incluir a opinião da Relatora no Parecer e propõe que se vote que a petição seja apreciada em Plenário, apesar de não ter assinaturas suficientes.

O Presidente colocou à votação a proposta que solicita o envio da petição para ser apreciada em Plenário, que foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS/PP, BE e a abstenção do PS, registando-se a ausência do PCP.

Foi colocado à votação o Parecer da Petição nº 110/XI/2ª, que foi aprovado por maioria com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD, CDS/PP e BE, registando-se a ausência do PCP.

De seguida passou-se à discussão do Projecto de Resolução nº 304/XI/2ª. (BE) que "Recomenda ao Governo que crie um Banco Público de Gâmetas para Recrutamento, Selecção, Recolha, Criopreservação e Armazenamento de Gâmetas de Dadores".

O Deputado João Semedo deu conta das razões que levaram o BE a apresentar o PJR nº 304/XI/2ª. O Governo, já em 2008, anunciou o arranque do Banco Público de Gâmetas, que ainda não se concretizou. Existem milhares de casais em lista de espera para consulta e tratamento e muitos deles terão de recorrer a doadores de gâmetas para resolver o seu problema de infertilidade. Não entende o protelamento da entrada em funcionamento de um banco público de gâmetas, pelo que se torna mais do que oportuna a recomendação ao Governo de cumprir e concretizar o que a Lei nº 32/2006, de 26 de Julho, prevê. Será de ponderar quantos bancos públicos deveriam existir no país, mas para já que exista um.

No debate que se seguiu, a Deputada Maria Clara Carneiro saudou o BE pelo Projecto de Resolução, manifestando-se de acordo com o recomendado na iniciativa, porque o Governo desde 2008 anda a prometer a sua criação, mas não avança.

O Deputado Rui Prudêncio registou com agrado a apresentação do Projecto de Resolução, apesar de estar em fase de implantação um Centro de Gâmetas, no Porto.

Finda a discussão em Comissão, o Projecto de Resolução será enviado ao PAR para efeitos de votação no Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

Audição da Ordem dos Enfermeiros no âmbito do processo legislativo referente ao Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital e Reposição do PVP nas embalagens de medicamentos;

(audição integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra à Bastonária da Ordem dos Enfermeiros (OE), Maria Augusta de Sousa, que veio acompanhada pelo Enfermeiro Sérgio Deodato, Presidente do Conselho Jurisdicional, e o Dr. Marco Aurélio, Assessor do Conselho Jurisdicional.

A Bastonária referiu já ter enviado o seu parecer por escrito sobre os projectos de lei em apreço. Trata-se de uma matéria crucial do ordenamento jurídico do direito dos cidadãos e é sempre nesse quadro que se colocam.

O Enfermeiro Sérgio Deodato realçou as principais questões que os projectos de lei suscitam à Ordem, a que se seguiram os pedidos de esclarecimento dos Deputados Maria de Belém Roseira, Maria Antónia Almeida Santos, Clara Carneiro, Maria José Nogueira Pinto, Maria de Belém Roseira, Isabel Galriça Neto, João Semedo e Bernardino Soares, que foram objecto de resposta por parte do Presidente do Conselho Jurisdicional.

Na 2ª ronda pediram esclarecimentos os Deputados Teresa Fernandes, Bernardino Soares e Helena Rebelo, tendo a Bastonária e do Enfermeiro Sérgio Deodato prestado os esclarecimentos solicitados.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 Janeiro 2011.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Defensor Moura
Isabel Galriça Neto
João Semedo
José Rui Cruz
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria José Nogueira Pinto
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rui Prudêncio
Teresa Caeiro
Teresa Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus
Luísa Salgueiro
Rosário Águas